



A reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na década de 1970.

MÁRCIO GOMES DAMARTINI*

A chegada dos militares ao governo no Brasil em 1964 significou um grande revés para uma série de grupos que lutavam por um país mais justo e democrático. Dentre os grupos mais perseguidos pela Ditadura Militar destacam-se os estudantes universitários. (MÜLLER, 2014) realça que “a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade(...) em 1964 e atuou na clandestinidade total depois da assinatura do Ato Institucional nº 5 no ano de 1968”. (MÜLLER, 2014:2).

Para (MOTTA, 2014), nas décadas de 1950 e 60 havia um consenso em que era necessária uma transformação nas universidades, contudo, a divergência prevalecia sobre qual arquétipo adotar. Como não havia um modelo pronto, a disputa pela condução da política universitária foi intensa, salvaguardando, todavia, a crença na necessidade de “limpar” o país – e o sistema político – de inimigos reais e imaginários. (MOTTA, 2014:7-8).

(MOTTA, 2008) demonstra que a face modernizante/conservadora do Regime Militar esteve de fato presente na reforma universitária. Esta modernização conservadora significou, no eixo modernizante, uma série de medidas, como a “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”. (MOTTA, 2008:31-32)

É interessante destacar que algumas dessas medidas vinham sendo defendidas desde o início da década de 1960 quando foi lançada uma campanha pela reforma universitária liderada por estudantes e professores, portanto, o regime militar se apropriou de projetos em gestação durante o governo Goulart.

Não obstante, o autor chama a atenção para a seletividade da reforma proposta pelos militares. Várias ideias como o aumento da representação estudantil ou a reivindicação de universidades mais voltadas aos interesses e demandas populares não foram contempladas na reforma, pois

* Universidade Federal do Espírito Santo(UFES), mestrando em História Social das Relações Políticas, bolsista da FAPES(Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo).

No seu eixo conservador, a política do regime militar para as universidades implicou o combate e a censura às ideias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2008:32)

Dentre as ações tomadas pelos militares, (FAGUNDES, 2013), destaca a criação das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) as quais tiveram como justificativa as manifestações estudantis de 1968. (FAGUNDES, 2013:298). Para (FICO, 2001), desde o início da Ditadura – portanto antes dessas manifestações - os militares já tinham estruturado a criação de um órgão voltado à vigilância, ao monitoramento e controle político e social, o Serviço Nacional de Informação (SNI). O General Golbery do Couto e Silva foi o principal idealizador e primeiro militar a assumir a chefia do órgão.

Inicialmente, as atividades do SNI eram vigiar os subversivos, entretanto, posteriormente passaram também a vigiar às universidades brasileiras através da criação das chamadas Divisões de Segurança e Informação (DSI). De acordo com (MOTTA, 2008), para assessorar as DSI's foram criadas as ASI e as AESI. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de “comunistas” dentro de ministérios, repartições públicas e autarquias, exercendo, precipuamente, uma vigilância ao movimento estudantil. (MOTTA, 2008:44).

Toda essa estrutura repressiva foi efetivada a partir do Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967, sendo que a partir de maio de 1970 esse aparelho repressor passou a ser subordinado diretamente ao SNI. Nesse mesmo ano, através da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, as operações de repressão política passaram a ser centralizadas a nível nacional, ou seja, subordinadas às Forças Armadas, criando uma estrutura repressiva nunca vista na História do Brasil. Uma das divisões mais atuantes foi a do Ministério da Educação e Cultura e a sua tarefa principal era a vigilância da comunidade universitária, em especial atenção aos líderes estudantis.

De acordo com (FAGUNDES, 2013), um dos objetivos centrais do aparato repressivo era calar a universidade. Com essa finalidade, foi editado o Decreto 447, de 28 de fevereiro de 1969. Essa legislação tinha o objetivo de inibir a ação dos estudantes e impor limites à liberdade de pensamento dos intelectuais. O aludido decreto foi tão impactante que ficou conhecido como o AI 5 (Ato Institucional) do movimento estudantil. (FAGUNDES, 2013:301).

Em seu Artigo 1º o decreto deixa claro que o seu alvo são os estudantes professores e funcionários das universidades públicas e particulares, tipificando, desta forma, os atos subversivos. Nos casos de professores e funcionários, as punições para esses atos era uma prévia dispensa e a proibição de contratação por cinco anos para exercer a mesma função. Em relação aos alunos eles poderiam ser proibidos de fazer matrícula por um período de até três anos, sendo que o aluno infrator perderia o direito de receber qualquer bolsa, inclusive correndo o risco de ser expatriado.

Para (FAGUNDES, 2013), o que mais chama a atenção no referido decreto são os Artigos 2º e 3º e seus respectivos parágrafos, os quais tratavam dos mecanismos utilizados para apurar as infrações previstas: o processo sumário. O decreto estabelecia o prazo de 20 dias para apuração, instalação do inquérito e a punição dos infratores. Em suma, num processo marcado pela celeridade, os prazos seriam limitados para que os indivíduos qualificados como infratores apresentassem os argumentos de defesa, o que, de antemão, já sabiam que seriam punidos. (FAGUNDES, 2013:302).

De acordo com seus trabalhos, o pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), ressalta que a organização fora de um aparato repressor nunca visto na História do Brasil e, em especial com criação das ASI/AESI, representou uma violência cotidiana no interior das universidades. Outro aspecto importante de se destacar – além da ameaça de prisão, tortura, expulsão ou morte – é que essa estrutura de repressão significou a ação permanente de um instrumento de intimidação e constante ameaça para discentes, professores e funcionários.

Alhures, evidenciou do mesmo modo o estabelecimento de práticas rotineiras de invasão da intimidade de cidadãos não engajados em movimentos de resistência armada. Outro aspecto a ressaltar foi a introdução de um ambiente de suspeita permanente em relação

aos denunciados e aos delatores. Dessa forma, a violência, a suspensão, a desconfiança, o sigilo e o silêncio passaram a compor o cotidiano das universidades. O emprego dessa tática serviu para, momentaneamente, silenciar, desarticular e desorganizar as entidades estudantis.

A atuação da AESI na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

De acordo com os documentos pesquisados sobre a AESI/UFES no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, a sua atuação remonta ao ano de 1971, haja vista que o documento mais antigo até agora encontrado é o Ofício n.º 02/71, datado de 17 de agosto de 1971, portanto, durante a gestão do ex-reitor Máximo Borgo Filho (15 jul. 1971 a 16 jul. 1975).

Para o professor e historiador Pedro Ernesto Fagundes, a partir das pesquisas nos acervos dos órgãos de repressão citados – Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), SNI e AESI/UFES – podemos chegar à seguinte constatação: durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) ocorreram quatro grandes ondas repressivas no interior da UFES. A constatação dessas quatro ondas não significa que a repressão tenha ocorrido apenas durante esses períodos, pois, de acordo com o pesquisador, houve uma rotina de vigilância ao longo do Regime Militar.

A primeira onda repressiva ocorreu nos momentos iniciais após o Golpe, entre abril e maio de 1964. De acordo com (CAETANO, 2014), o movimento estudantil se constituía na linha de frente da resistência ao golpe militar, sofrendo, dessa forma, grande perseguição como na prisão do estudante de Odontologia da UFES Jaime Lanna Marinho, que na época presidia a União Estadual dos Estudantes (UEE), entidade que sofreu intervenção logo após o golpe. (CAETANO, 2014: 116).

(FAGUNDES, 2013), demonstra que nas universidades a perseguição foi intensa. Foram instaurados Inquéritos Policiais Militares (IPM's) e Inquéritos Administrativos os quais indiciaram funcionários e, principalmente, estudantes. Vários reitores foram afastados de seus postos, professores demitidos e estudantes expulsos. Na UFES o período pós-golpe foi marcado pelo afastamento do reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, o qual comandou a universidade de

junho 1963 a abril de 1964, pela detenção de dezenas de estudantes e pela abertura de inquéritos administrativos em todos os centros de ensino da universidade. (FAGUNDES, 2013:308).

A segunda onda repressiva na UFES ocorreu exatamente entre 1968 e 1969, período que, como foi dito, marcado por manifestações estudantis em plano internacional, conhecidas como “Mística de 68”. Segundo (FAGUNDES e FONSECA, 2011), no dia 28 de março sobrevém a trágica morte do estudante Edson Luís, acontecimento do qual desencadeia uma série de manifestações e protestos, inclusive em Vitória. (FAGUNDES e FONSECA, 2011: 80).

(CAETANO, 2014), destaca que a maior manifestação aconteceu no dia 3 de abril de 1968, em frente ao restaurante universitário, logo após um ato fúnebre na Catedral Metropolitana de Vitória em memória ao secundarista morto no Rio de Janeiro. Tal manifestação foi autorizada pelas autoridades da época como o governador Christiano Dias Lopes e o superintendente da Polícia Civil José Dias Lopes. (CAETANO, 2014:126-127).

(FAGUNDES,2012), relata que em outubro desse mesmo ano aconteceu o XXX Congresso da UNE – organizado de forma clandestina no sítio Murundu, na zona rural de Ibiúna (SP). Durante o evento, integrantes das forças de repressão invadiram o sítio e, na ação, as principais lideranças no movimento estudantil brasileiro acabaram sendo presos, entre eles 13 estudantes capixabas.(FAGUNDES,2012:28).

A partir desse episódio deu-se início a uma ampla operação de repressão que culminou na completa desarticulação do movimento estudantil brasileiro. Segundo (FAGUNDES, 2013), nesse período é possível observar, através dos documentos pesquisados, que era constante a troca de ofícios entre a Reitoria da UFES durante a gestão de Alaôr Queiroz de Araújo e os representantes da DSI/MEC e da agência do SNI, na capital capixaba. (FAGUNDES, 2013:309-310).

Confirmando a tendência de endurecimento da ditadura contra o movimento estudantil, no início de 1969 ocorreu a invasão da sede e o posterior fechamento do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFES. A entidade máxima dos estudantes ficaria sob intervenção e proibida de realizar eleições até 1978. A primeira metade da década de 1970 foi marcada pela repressão que levou à desarticulação das entidades estudantis no Brasil.

A terceira onda repressiva na UFES aconteceu no início da década de 1970. O ponto máximo ocorreu entre dezembro de 1972 e março de 1973, período marcado por uma repressão violentíssima com as prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo aqueles que militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (FAGUNDES, 2012), demonstra que foi aberto um IPM que arrolou 33 pessoas suspeitas de militarem no PCdoB. A maioria dos arrolados no IPM, ou seja, 18 pessoas, tinha ligação direta com a UFES. No total, eram 17 discentes – oito do curso de Medicina – e um professor do mesmo curso. (FAGUNDES, 2012:28).

A quarta onda repressiva na UFES teve início exatamente na época da retomada das atividades do movimento estudantil em nível nacional, a partir de 1977, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Paralelamente, os estudantes da UFES retomaram suas mobilizações a partir de atividades convocadas pelos Diretórios Acadêmicos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (DACCJE) e do Centro de Biomédicas (DACBM).

Vamos agora conhecer o trabalho desenvolvido por esses dois diretórios acadêmicos até chegar a reabertura do DCE.

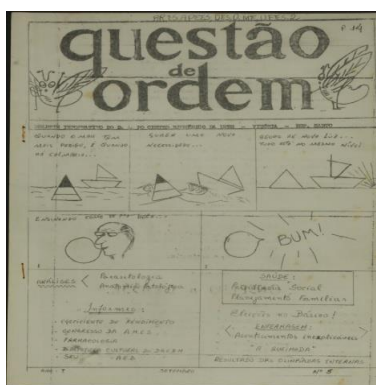
A reorganização do DCE na UFES a partir da atuação dos DACCJE e DACBM

Para compreendermos a atuação desses dois diretórios iremos tomar por base os documentos produzidos pelos órgãos de repressão que funcionavam no Espírito Santo e hoje estão disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

O Diretório Acadêmico do Centro Biomédico (DACBM) é reaberto em 1975 com a eleição da chapa “Questão de Ordem”. A reabertura do diretório foi fruto de uma grande luta e, mesmo depois, as dificuldades foram muitas, principalmente devido ao medo dos estudantes em participarem da luta.

Para propiciar a comunicação com os estudantes, o diretório acadêmico fundou o boletim informativo “Questão de Ordem”. Este informativo discorria sobre vários assuntos, os quais a comissão executiva procurava debater, propor e cobrar soluções. Um dos pontos mais

frisados era sobre as condições de ensino. Um outro aspecto destacado era em relação a representação estudantil, bem como à questão cultural. Também merece destaque a articulação da entidade com instituições e as lutas a nível nacional. Conjuntamente, questionam a existência dos decretos 228 e 477 que dificultava muito a organização estudantil.



BRESAPEES, DES.0.ME,UFES.2_P (15)

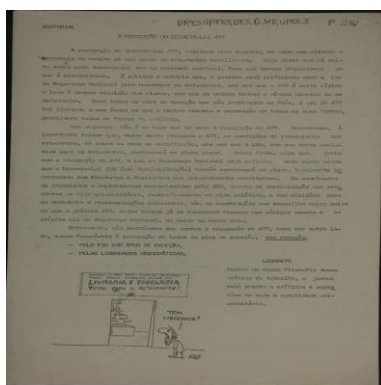
Em relação às condições de ensino, em vários números do informativo elas são cobradas. As reivindicações que mais aparecem são as seguintes: mais e melhores salas de aulas; uma biblioteca de verdade; melhores laboratórios; aulas práticas de fato; ensino ambulatorial bem mais estruturado; contratação de um maior número de professores em horário integral; melhores condições funcionais; supervisão docente nos prontos-socorros médico-odontológicos; restaurante universitário que atenda à necessidade dos estudantes.

Em relação às questões culturais e esportivas, as reivindicações eram as seguintes: a construção de um centro de vivência; teatro universitário; sala de música; biblioteca científico-cultural; teatros para palestras e conferências; quadra para prática de esportes e realização de eventos como: semana científica, jornada capixaba de odontologia, olimpíadas internas, musicais; e a organização de um departamento de imprensa

A Comissão Executiva também propunha, através do seu informativo, um trabalho integrado com os professores visando o encaminhamento de vários assuntos: integração entre

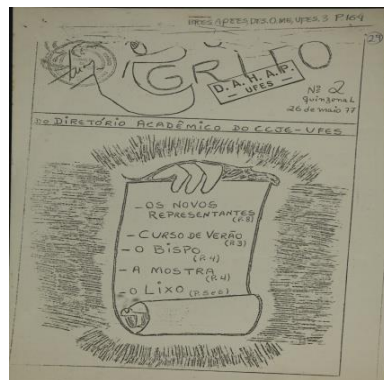
o básico e o profissionalizante; a manutenção da prioridade de ensino em nossos hospitais; clínicas odontológicas e ambulatórios; ensino mais humanista e menos tecnicista; implantação de um centro de estudos dinâmicos.

Um tema que também era bastante recorrente no informativo era sobre a organização estudantil. Havia um questionamento bastante incisivo sobre o aparato repressor organizado pelos militares, com destaque para os Decretos-lei 228 e 477 que impediam a organização estudantil. Também deixaram claro a importância da luta pela democracia e ligação com várias instituições que tinham o mesmo objetivo: Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), artistas, intelectuais, empresas nacionais e os demais setores liberais.



BRESAPEES, DES.0.ME,UFES.3_P (216)

A eleição para o DACCJE aconteceu no ano de 1976. Na época, foi eleita a chapa “Gota d’Água”, sendo depois sucedida por outra, “O Grito”. O processo eleitoral foi bastante disputado, tendo a chapa vencedora duas concorrentes. A chapa vencedora fazia questão de frisar a diferença em relação à mudança na forma de trabalho que acontecia até naquele momento no DA. Para a divulgação do trabalho foi redigido o informativo “O Grito”.



BRESAPEES, DES.0.ME,UFES.3_P (164)

Uma das ações desenvolvidas foi o envio de uma carta ao Ministro da Educação e Cultura externando a opinião da Comissão Executiva sobre a atual situação da Universidade. Dentre os assuntos tratados estavam a Reforma Universitária, a remuneração dos professores e funcionários e a revogação dos Decretos 228 e 447 que impediam a organização estudantil. Contudo, o que chama mais atenção e demonstra a articulação dos estudantes da UFES com outras universidades é o pedido da revogação das punições impostas aos colegas da universidade de Brasília (UNB) e a demissão imediata do seu reitor.

Na edição de número 6 do informativo “O Grito” a direção do DA tece pesadas críticas à atuação da Polícia Federal a qual impediu que mais de 70 alunos da universidade pudessem viajar até São Paulo para participar do 4º Encontro Nacional de Estudantes de Economia. Esse tipo de ação repressora voltou a se repetir, acarretando o impedimento da participação de 72 estudantes na 5ª SESAC - Semana de Estudos Sobre Saúde Comunitária. O ponto a destacar é que a PF e os outros órgãos de repressão além de apreender os ônibus na garagem prenderam quatro estudantes.

Outro ponto que era bastante criticado pelos estudantes era a atuação da ASI/UFES, a qual não dava descanso aos alunos nem durante os feriados. De acordo com o informativo “A Tocha”, do DA de Comunicação Social, Alberto Moreira, chefe da segurança e informação da UFES compareceu à universidade no feriado escolar e identificou que um diretório acadêmico encontrava-se aberto. De acordo com o informativo, o chefe de segurança afirmou que suas ordens não estavam sendo cumpridas e que iria manter contato com o reitor para que fosse proibido o funcionamento de diretórios acadêmicos durante os dias não letivos.

Em relação aos órgãos de repressão, documentos expressam como eles trabalham de forma articulada na vigilância dos estudantes. Um exemplo dessa articulação foi o pedido feito pelo Chefe do Serviço de Investigações e Informações, Valdir Xavier, ao chefe de segurança da UFES, Alberto Monteiro, solicitando o nome dos componentes do jornal impresso bem como o primeiro exemplar e os números subsequentes do informativo.

No que concerne à organização dos estudantes a nível nacional, os DA's das Biomédicas e das Ciências Jurídicas e Econômicas participaram ativamente da reorganização na UNE. Desde o ano de 1977 esses diretores eram ativos na reorganização da UNE, participando de todas as atividades, inclusive a realização do congresso nos dias 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador, Bahia.



BRESAPEES, DES.0.ME,UFES.3_P (252)

Ainda em 1978, antes da reorganização da UNE, em 1979, tivemos eleição para o DCE da UFES. Aconteceu no dia 9 de novembro e, dos quase 8.500 alunos matriculados na universidade, houve a participação de 6247 estudantes, o que corresponde a um percentual superior a 70 por cento. Os agentes da repressão acompanharam com especial atenção todas as atividades ligadas à reorganização da entidade máxima dos estudantes da UFES. Inúmeros relatórios foram produzidos e difundidos, monitorando as cinco chapas que concorreram: Construção, Ação Popular Estudantil, Retomada, Liberdade e Anistia, e Frente de Libertação Estudantil. A chapa Construção, liderada pelo estudante de economia Paulo Cesar Hartung Gomes, venceu por ampla maioria, conquistando 73,3% dos 5919 votos válidos.

A partir da reorganização do DCE/UFES, a vigilância de assembleias, passeatas, reuniões e participação dos dirigentes na campanha pela Anistia as eleições ganharam um novo fôlego. O confisco de material de propaganda das tendências do movimento estudantil continuou sendo tarefa cotidiana no interior do *campus*.

Em nível nacional, parte das AESI/ASI deixou de funcionar a partir de 1979. Algumas, como a da UFES, continuou em funcionamento depois dessa data. A assessoria funcionou, com essa nomenclatura até 1983. De acordo com (MOTTA, 2008), nesse ano seus documentos e funcionários teriam sido transferidos para a Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e Cultura – ASI/DEMEC/ES. Contudo, em agosto de 1986, o MEC editou a Portaria n.º 576, extinguindo as ASI's ainda existentes nas universidades brasileiras. (MOTTA, 2008:58).

Referências Bibliográficas

BORGO, Ivantir Antonio, UFES: 40 anos de história. 2ª Ed. Vitória. Edufes: 2014.

CAETANO, Alexandre. O movimento estudantil na UFES e a luta contra a ditadura (1964-1968) in O Estado do Espírito Santo e a Ditadura/ Pedro Ernesto Fagundes, Ueber José de Oliveira, Vitor Amorim de Angelo(organizadores), Vitória : GM Editora, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto e FONSECA, Leandra Nascimento. 1968 em foco: imagens do movimento estudantil capixaba nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social(DOPS/ES) in FAGUNDES, Pedro Ernesto(org.). Arquivos da Repressão Política no estado do ES(1930-1985) in Coleção Rumos da História. GM Editora. Vitória, 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Memórias silenciadas : catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. DOPS/ES(1930-1985) Vitória: GM Editora / APEES, 2012. 98P. II

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 - 316.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro. v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

MOTTA Rodrigo Patto Sá , *As universidades e o regime militar :Cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.2014.

MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes* *Revista Dimensões*, Vitória, vol. 32, 2014, p. 128-147. ISSN: 2179-8869

Fundos Documentais:

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Caixa 21. Dossiês: 2 e 3 /Universidade Federal do Espírito Santo(UFES).